

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 14/2022, em que são recorrentes **Bernardino Monteiro Ramos e Outros**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 68/2023

(Autos de Amparo 14/2022, Bernardino Monteiro Ramos e Outros v. STJ, Inadmissão por Intempestividade de Colocação de Peça de Aperfeiçoamento)

I. Relatório

1. Os Senhores Bernardino Monteiro Ramos, Anílton de Jesus Xavier Semedo, João Paulo Semedo Vieira, André Semedo Robalo da Veiga, Danilson Mendes Martins, Adilson de Jesus Almeida Monteiro, Fábio Moreno Rocha, Adilson Mendonça Robalo, Paulo Sérgio Pina Teixeira, Eanique de Jesus Vieira Tavares e José Manuel Tavares Pinto, inconformados com o *Acórdão 17/2022, de 24 de fevereiro*, vêm interpor recurso de amparo, através de uma peça longa de 25 páginas, da qual se retém para efeitos desta decisão as conclusões, por este ser o segmento da petição que delimita o objeto do recurso.

1.1. Nela apresenta a seguinte argumentação:

1.1.1. Foram acusados, pronunciados, julgados e condenados como coarguidos por terem praticado factos em coautoria que identificam, recorreram para o TRS, que, através do seu *Acórdão 135/2021*, deu provimento parcial ao recurso, diminuindo a pena que havia sido aplicada pelo tribunal coletivo;

1.1.2. Não se conformando com essa segunda decisão ainda recorreram para o Egrégio STJ, o qual, na sua opinião, ignorando as questões jurídicas suscitadas pelo recorrente e desenvolvidas pelo representante do MP junto ao TRS, que pugnavam pela nulidade do acórdão, não deu o provimento pretendido;

1.1.3. Porque a designação de intérprete é de conhecimento oficioso, cujo descumprimento implica na nulidade do acórdão;

1.1.4. O congelamento da conta bancária do coarguido Daniel e o acesso aos dados dos coarguidos antes da sua constituição como arguidos e sem concessão de possibilidade de se defenderem violaria o “direito do contraditório, processo justo e equitativo, presunção de inocência, a imagem e intimidade, protecção de dados pessoais, propriedade privada, artigos, 22º, 35º, 41º, 45º 68º, 69º, todos da CRCV e artigos 1º, 3º, 5º, todos do CPP”;

1.1.5. As quais teriam sido realizadas pela PJ e pelo MP sem autorização do juiz de instrução ou, como diz depois, sem que este tenha tido o cuidado de analisar os pressupostos para tanto, o que restringiria os seus direitos fundamentais, sendo provas nulas que “não deveriam servir para sustentar quaisquer decisões judiciais”;

1.1.6. Resultaria provado que “um dos agentes da PJ munido de uma escada, escalaram a parede da casa da avó e consequentemente entraram no interior do beco e de forma ilegítima apreenderam a bolsa e abriram a mesma e em consequência tomaram conhecimento em primeiro lugar do conteúdo do produto e fizeram teste rápido, sem o consentimento do presumível proprietário e do próprio tribunal, ou seja, juiz de instrução”, o que violaria a intimidade da vida privada dos suspeitos;

1.1.7. As buscas também não teriam cumprido as formalidades legais que exigiriam que o MP trouxesse ao “processo, informações de identidades e residências de quem investiga, isto, fazendo recurso a analogia, conforme nos convida o artigo 26º do CPP, com os artigos 428º nº 1. Al. a) do CPC, artigo 84º do Código do Resisto Civil e 269 nº 1 do CPP”, o que também culminaria numa nulidade insanável;

1.1.8. Além disso, o “tribunal recorrido ao declarar perdido a favor do Estado os bens dos recorrentes sem qualquer fundamentação, restringiu os direitos fundamentais dos mesmos, artigos 68º e 69º, todos da CRCV”, dando por assente que os recorrentes praticaram os factos delituosos a partir de 2017, mas, no entanto, confiscando os bens adquiridos antes de 2017, neste particular ignorando “por completo os fundamentos apresentado pelo MP, junto do TRS, que subscrevemos e acompanhamos”;

1.1.9. Diz ainda que se pode verificar dos autos dois pesos e duas medidas, pois alguns dos coarguidos que tinham sido acusados, pronunciados e julgados pela prática dos mesmos crimes e outros mais graves, teriam visto as suas penas suspensas na execução. Neste sentido, “[e]nquanto que os recorrentes Paulo Sérgio e Fábio foram condenados nas penas superiores e efectivos, o que mexe com o sentimento de justiça e viola o direito de igualdade previstos nos termos do artigo 24º, da CRCV”. Por isso pedem reparação.

1.2. Destaca complementarmente que por essas razões submeteu essa decisão a esta Corte para escrutínio, devendo ela ser alterada por outra que atenda aos fundamentos que arrolou e em consequência reparados os direitos fundamentais dos recorrentes alegadamente violados pelo tribunal recorrido **“(Igualdade, Presunção de inocência e contraditório, artigos 24º e 35º 1º, 6 e 7 da CRCV; Intimidade e domicílio, artigos 41º e 43º, da CRCV; Inviolabilidade de correspondência e de telecomunicações e dados pessoais, artigos 44º e 45º, da CRCV e Propriedade privada, artigo 69º, da CRCV)!”**.

1.3. Pede que o recurso seja:

1.3.1. Admitido;

1.3.2. Julgado procedente e alterado o acórdão recorrido;

1.3.3. Concedido amparo de restabelecimento dos direitos, liberdades e garantias fundamentais violados.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O requerimento parecia cumprir com o estipulado nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data* com a exceção do preceituado pelo número 2 do primeiro e pelo número 2 do segundo, posto que não terão indicado na parte inicial que o seu

recurso teria a natureza de recurso de amparo e nem especificam que amparo é que lhes deve ser concedido a fim de se reparar as alegadas violações. Ambas seriam passíveis de aperfeiçoamento no seu entender;

2.2. No mais, considera que os recorrentes possuiriam legitimidade, da decisão proferida pelo STJ não caberia recurso ordinário, os direitos invocados seriam amparáveis e não constaria que o TC tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual;

2.3. Por essas razões promove entendimento de que “se for suprida a indicação concreta do amparo solicitado (...) o recurso de amparo constitucional interposto preencherá os demais pressupostos de admissibilidade”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 23 de março, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC.

3.1. Dela decorrendo a decisão de aperfeiçoamento no sentido de que os recorrentes deveriam “a) Juntar aos autos a decisão recorrida; a certidão de notificação; o mandato forense; o recurso que dirigiu ao órgão recorrido e eventuais pedidos de reparação que tenha formulado; b) Indicar a forma como cada conduta afeta os direitos de cada recorrente; c) Explicitar o modo como a vulneração de direitos de terceiros atinge as posições jurídicas fundamentais alegadas pelos recorrentes; d) Precisar os amparos que pretendem obter deste Tribunal Constitucional para reparar as alegadas violações de direitos por cada conduta que impugnar”.

3.2. Lavrada no *Acórdão 42/2023, de 3 de abril, Aperfeiçoamento por Ausência de Discriminação de Condutas que Atingiram cada Recorrente; por Não-Precisão dos Amparos que cada um Almeja Obter e por Falta de Junção de Documentos Essenciais à Aferição de Admissibilidade do Amparo*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 44, 21 de abril de 2023, pp. 1034-1037, essa decisão foi notificada aos recorrentes, através de mandatário, no dia 10 de abril de 2023.

4. No dia 13 de abril de 2023, os recorrentes protocolaram uma peça de aperfeiçoamento, juntando 3 documentos.

4.1. Na peça de aperfeiçoamento, dizem que o recurso em nome de doze arguidos foi elaborado por três escritórios e assinado por três advogados constituídos e com procuração forense junto dos autos do processo principal, em circunstância em que os arguidos não se encontram no país ou estão fora da Ilha de Santiago, inclusive com separação de processos de alguns arguidos que ainda não teriam sido acusados, e justificam a razão de terem recorrido em conjunto, já que consideram que a maior parte das questões beneficiaria a todos;

4.2. E discorrem sobre um conjunto amplo do que chamam de questões, concluem e pedem.

5. A sessão marcada para apreciar o aperfeiçoamento e a admissibilidade foi marcada para o dia 28 de abril, tendo o julgamento *in camera* ocorrido nessa data, dela decorrendo a decisão exposta e fundamentada a seguir.

II. Fundamentação

1. Conforme consta do relatório, o recurso foi objeto de uma decisão de aperfeiçoamento, determinando-se que os recorrentes suprissem deficiências da petição que impediam o Tribunal Constitucional de identificar as condutas que pretendiam impugnar; quais as supostas condutas é que vulneravam os direitos de cada um dos recorrentes; de determinar como as alegadas violações de direitos de terceiros atingiam posições jurídicas de cada recorrente e de precisar que amparos é que pretendiam obter.

2. Antes de se prosseguir, é necessário apreciar questão prévia de se saber se a peça de f. 47 e ss pode ser admitida e consequentemente se o presente recurso de amparo pode ser conhecido.

2.1. Pela razão de que a admissibilidade das peças de aperfeiçoamento e a consequente possibilidade de a instância prosseguir estão sujeitas a um pressuposto

temporal claramente fixado pelo artigo 17, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* segundo o qual “[n]a falta, insuficiência ou obscuridade dos fundamentos de facto ou de direito, será o recorrente notificado para suprir as deficiências, no prazo de dois dias”. O regime também é integrado pelo artigo 16, alínea b), que dispõe que “o recurso não será admitido quando a petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7º e 8º” e pelo número 2 da mesma disposição que reza que “[n]o caso da alínea b) do número anterior a petição só será rejeitada se a falta não for suprida no prazo a que se refere o artigo 17º”.

2.2. Ora, no caso concreto,

2.2.1. Os recorrentes foram notificados do *Acórdão 42/2023, de 3 de abril, Aperfeiçoamento por Ausência de Discriminação de Condutas que Atingiram cada Recorrente; por Não-Precisão dos Amparos que cada um Almeja Obter e por Falta de Junção de Documentos Essenciais à Aferição de Admissibilidade do Amparo*, que lhes concedeu oportunidade de aperfeiçoamento, no dia 10 de abril de 2023, como deflui da f. 44 dos Autos;

2.2.2. A peça de aperfeiçoamento deu entrada no dia 13 de abril às 23:50.

2.2.3. Os recorrentes tinham dois dias para protocolar a sua peça de aperfeiçoamento sob pena de não-admissão do recurso, o que significa que a mesma poderia ter dado entrada até ao fim do dia 12 de abril às 23:59, caso submetida através do correio eletrónico. Não a enviou neste dia. Vieram a fazê-lo no fim do dia seguinte depois do termo do prazo, sem apresentar qualquer razão justificativa ou impedimento justo que tenha obstado a sua submissão tempestiva e que pudesse ser atendível pelo Tribunal Constitucional.

2.2.4. Portanto, só se pode ter o aperfeiçoamento por intempestivo, desencadeando as consequências legais do artigo 16, alínea b) e artigo 16, parágrafo segundo, conducentes à inadmissão do recurso.

2.2. Neste sentido, o recurso não é admitido por não aperfeiçoamento tempestivo das obscuridades de que o mesmo padecia.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 05 de maio de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de maio de 2023.

O Secretário,

João Borges